

ETAPAS DA EXPANSÃO IBÉRICA: A CONQUISTA DO SERTÃO DO RIO GRANDE E A PARTICIPAÇÃO DOS 'PAULISTAS' NOS SÉCULOS XVII E XVIII¹

Mirian Silva de Jesus²

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto objetiva compreender a participação dos 'paulistas' na conquista do sertão das Capitânicas do Norte do Estado do Brasil durante a Guerra dos Bárbaros, e a fixação dos mesmos nos territórios conquistados na capitania do Rio Grande, buscando perceber a produção desse espaço a partir do estabelecimento dos grupos mobilizados para o conflito, contribuindo para a formação de uma nova sociedade entre os séculos XVII e XVIII.

Essa mobilização dos 'paulista', tratando-se de um movimento migratório, não poderia meramente desembocar nos sertões da Capitania do Rio Grande, deixando de lado sua trajetória dos Campos de Piratininga até as Capitânicas do Norte. Daí nosso trabalho caminhar desde a saída da Vila de São Paulo de Piratininga, acompanhando o processo de expansão para o interior das Capitânicas do Norte, e a conseqüente resistência das tribos indígenas, que proporcionará as bases para o estabelecimento dos 'paulistas' no Rio Grande, local dos maiores embates da "Guerra dos Bárbaros". Chegando a esse ponto, nos inclinaremos para a montagem desse espaço ocupado pelos 'paulistas', e que relações acabaram tecendo com os demais grupos que colonizaram a região.

OS SERTÕES VERDES DE SÃO PAULO

Como ponto de partida, pensamos na Capitania de São Vicente no período colonial, e a configuração de seu território dividido em duas áreas distintas: a faixa litorânea e a serra. A larga planície que se formava ao norte no litoral, pode-se dizer que em que em São Vicente ela praticamente desaparece.

Espremidos na estreita faixa costeira de São Vicente, considerada inaproveitável devido aos terrenos baixos, mangues e pântanos imprestáveis para a agricultura, em comparação com o planalto constituído de terras altas, de clima temperado, além de oferecer também atrativos econômicos como a presença das inúmeras tribos indígenas que lá habitavam, necessárias para o abastecimento de mão-de-obra, os colonos sobem a serra³.

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático "Análises e Reflexões sobre a América Portuguesa", durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

³ PRADO JÚNIOR, Caio. "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo", *Evolução Política do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957. p. 98.

Na Serra do Mar, lugar mais plano de clima ameno, os colonos encontraram uma paisagem propícia ao estabelecimento. No entanto, a formação do solo em si de caráter argiloso, não dava condições para o desenvolvimento de nenhum tipo vegetativo denso, apresentando um vasto descampado, que impedia o favorecimento da cultura de algum produto voltado para o mercado externo. A saída para essa dificuldade econômica era “as portas do sertão” – no início do século XVI o termo sertão era empregado como referência ao interior – atrás de índios para serem escravizados e metais preciosos. A carência econômica é o que alimenta essa expansão, sendo a razão que move esses homens a adentrar o interior.

Essa fenda apresentada como uma saída para as dificuldades impostas pelo meio seria o sertão, encarado e encarnado por diversos prismas ao longo da história. Para os ‘paulistas’, ele surge como o espaço próspero, cheio de tesouros a serem descobertos, alvo de todas as expectativas dos moradores da humilde Vila de São Paulo ansiosa por riquezas.

O sertão surge assim como a promessa da fortuna, das florestas abundantes de índios e as minas resplandecentes, acenando para os colonos dispostos a deixar suas famílias. Essa vontade em se lançar interior adentro, a efervescência da curiosidade apresenta-se de maneira comum à alma dos conquistadores para a historiografia clássica, como se tivessem herdado dos seus progenitores portugueses a coragem de se expor aos perigos. Segundo Alcântara Machado, “diante do oceano, como diante do sertão, é o mesmo assombro, é a mesma impressão de infinito e de eternidade, é a mesma vertigem. Só eles, imensos e desertos podem saciar a fome de liberdade sem limites que devora o homem, o nomadismo ingênito que o atormenta, o orgulho de bater-se, fraco e pequenino, contra os elementos desatrelados, e de vencê-los”⁴. Semelhanças que ligam o colonizador e o bandeirante, que vêm na surpresa causada pelo desconhecido, o medo e a curiosidade.

A realidade do planalto transformou o elemento paulista em ser único, modificado, resultado da integração de duas culturas, e por essa razão, diferenciado pela região que provinha e por sua formação em si, tornando-os visados por seus hábitos e famosos em combater índios. É a partir dessa propaganda de mais “aptos” a percorrer sertões e aprisionar índios, que os ‘paulistas’ foram contratados em meados do século XVII como mão-de-obra bélica para solucionar os problemas da conquista do sertão das Capitânicas do Norte.

A CONQUISTA DO SERTÃO DAS CAPITANIAS DO NORTE

Nosso olhar se depara agora com o cenário das vilas açucareiras enquanto impulsionadoras desse projeto de expansão das fronteiras da civilização. Sendo assim, a segunda metade do

⁴ MACHADO. Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.p. 232.

século XVII foi marcada pela expulsão da Companhia das Índias Ocidentais (WIC) e a volta da jurisdição portuguesa sobre a Capitania de Pernambuco.

A retomada do território do açúcar soava para Portugal como um momento de prosperidade, onde pela primeira vez teria controle direto sobre as capitanias responsáveis pela produção açucareira, principal economia da colônia, que passava a ser Capitania Régia. Mas essa inserção de Pernambuco mantinha-o ainda com uma relativa autonomia com relação ao Governo Geral sediado na Bahia, tendo sob sua jurisdição as capitanias de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande e Ceará, as chamadas Capitanias Anexas.

A imagem que se descortina do Segundo Período Português⁵, dá luz a um crescimento e diversificação da sociedade nas vilas açucareiras, aliado a uma crise do açúcar, a ameaça dos negros aquilombados em Palmares, e um contingente de brancos livres e *vadios* que não tinha onde se empregar, os chamados pobres do açúcar.

Em volta com as dificuldades apresentadas, a idéia de colonização do sertão aparece como uma solução para os problemas das Vilas, podendo abrigar os grupos dos indesejados. Mobilizando-os, a Coroa livrava-se do excesso populacional, e assegurava a ocupação de um novo espaço.

Revestida de diversos significados, empenhando vários grupos sociais, a conquista do sertão importará não apenas para a Coroa como expansão territorial e evasão populacional, mas também para os colonos interessados em novas terras e títulos, e a Igreja que buscava novas fronteiras para catequese.

O sertão empregado aqui não remete ao semi-árido, e sim a tudo que não fosse zona açucareira, todo o espaço além da colonização. Território pouco conhecido, mas nem todo desconhecido, o sertão já fazia parte do imaginário dominante desde o século XVI como um lugar inóspito e sem lei⁶.

A construção histórica da conquista do sertão teve início na historiografia brasileira com Capistrano de Abreu em fins do século XIX. Desde então, surgiu o interesse pelo tema, voltando-se para a origem etimológica da palavra sertão como proveniente de *desertão*, de deserto. Os portugueses empregavam sertão, grafado “certão”, para se referir as áreas situadas dentro de Portugal, afastadas de Lisboa, isso já no século XIV⁷. Com a expansão ultramarina e a transmissão do pensamento ocidental para as colônias, a palavra servirá para designar os espaços vazios, longe do litoral.

⁵ Segundo período português - conceito empregado para designar as mudanças políticas ocorridas em Pernambuco após a expulsão da WIC e a volta da jurisdição portuguesa na segunda metade do século XVII. Sendo agora Pernambuco capitania régia. SILVA, Kalina Vanderlei. *O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.

⁶ Para conceito de sertão de acordo com o imaginário dominante da sociedade açucareira, ver SILVA, Kalina Vanderlei. “*Nas solidões vastas e assustadoras*” – *Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Recife; UFPE, 2003. (Tese de Doutorado).

⁷ AMADO, Janaina. “Região, Sertão, Nação”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.

Contudo, se o sertão começa sendo definido como espaço desocupado, após a conquista, a imagem de um lugar sem lei, de pessoas ignorantes e preguiçosas permanece estereotipada. Enquanto região não colonizada, o sertão apresenta-se como a fronteira colonial, significando a partir do século XVI, como espaço de mobilidade humana, pois os colonos que vão à sua conquista, especificamente aqueles que são empurrados pela Coroa para essas fronteiras, são obrigados a se submeter ao sertão, tanto a seus habitantes, quanto ao seu ambiente. Por outro lado, esse espaço também é aproveitado por integrantes da sociedade açucareira tanto como lugar de fuga, quanto como lugar de ascensão social legítima.

O sertão foi assim se constituindo como o avesso do litoral, da zona canvieira civilizada por excelência. Entendo fronteira como a linha que separa a terra ocupada da terra livre, que denota um caráter de civilização e barbárie, no caso do sertão e da zona açucareira, essa dicotomia ocorre de maneira bastante aguda.⁶

A expansão da economia, e conseqüentemente da fronteira, criou novas áreas de contato e atrito com grupos indígenas do interior que se encontravam fora do domínio militar e missionário. O espaço das Capitanias do Norte tinha sua economia baseada na cultura açucareira, produto voltado para exportação. À medida que avança a fronteira, a apropriação do território se caracteriza de maneira distinta ao açúcar, surgindo a zona da pecuária.

O encontro dessas duas culturas, resultado do fluxo populacional contínuo para o interior, desencadeou uma série de conflitos entre os colonos e as tribos continentais, o qual ficou conhecido como “Guerra dos Bárbaros”. Iniciado na segunda metade do século XVII e terminado nas primeiras décadas do XVIII, o conflito se desenrolou em duas frentes principais: o Recôncavo baiano, 1650-70 e os vales de rios do Rio Grande, 1650-1730, principalmente no Açu. Apesar de serem conflitos independentes, promovidos por diferentes tribos indígenas contra a tomada de seus territórios pelos grandes pecuaristas, essa série de eventos foi encarada pela Coroa como constituinte de um mesmo processo.⁷

Com o avanço das entradas no continente, seguidas do estabelecimento das fazendas, acabam esbarrando na resistência dos habitantes indígenas da região. Os maiores embates enfrentados pelas frentes saídas de Pernambuco e Paraíba foram às margens de rios do Rio Grande chegando ao Ceará, principalmente nas ribeiras dos Piranhas-Assu e Apodi-Mossoró.⁸

⁶ WEGNER, Robert. A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

⁷ PUNTONI, Pedro, “A arte da guerra no Brasil :tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América Portuguesa, 1550-1700”. Novos Estudos CEBRAP. Nº 53, março 1999, pp.189-204.

⁸ MONTEIRO, Denise Mattos. “Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre – RN)”. História Econômica & História de Empresas, IV.2 (2001), 7-33.

A Guerra do Açu envolveu vários grupos indígenas contra os soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa, com o intuito de 'abrir' espaço para criação de gado. A princípio foram empregadas as tropas regulares, e as ordenanças para conter a guerra. Quando essa resistência começa a se fazer mais ferrenha e organizada, a iniciativa militar dos colonos não é mais suficiente, a Coroa recorre aos 'paulistas'. Esses homens designados ao empreendimento da conquista tinham não só como dever guerrear contra as tribos rebeladas, como de estabelecer as bases de povoamento europeu, ou seja, 'varrer' os índios e ajudar no projeto de colonização.

Apesar de preocupada em colonizar, garantindo o território então ocupado de prováveis invasões estrangeiras, a atuação da Coroa limitou-se a concessões de sesmarias. No mais, permanece dando atenção as vilas açucareiras, deixando o sertão a cargo de poderes particulares.

A colonização do sertão acontece principalmente a partir da iniciativa privada, já que a Coroa por muito tempo relegou essa área por não possuir uma exploração econômica efetiva voltada para a exportação. Assim, na intenção de produzir uma atividade complementar, são os colonos que vão buscar o estabelecimento no interior.

Dessa forma, a tarefa dos conquistadores do sertão das capitanias do norte segue os moldes iniciais da colonização, onde ficava a cargo dos donatários a instalação de algum produto para o mercado externo, e defesa do território de invasões estrangeiras e resistência interna. O papel dos colonos acabava se assemelhando ao dos conquistadores espanhóis: particulares que assumem a iniciativa de liderar a conquista em troca de mercês concedidas pela Coroa, ganhando terras, títulos e honras.

A utilização da mão-de-obra e a posse de terra deram origem a outros conflitos dentro do próprio conflito, fruto da disputa em torno desses dois elementos. De forma mais acentuada se apresentava a divergência entre os interesses dos colonos e os missionários, sendo os primeiros a favor do cativo indígena, enquanto os outros defendiam a aculturação e a catequese. Para além das rivalidades pessoais, econômicas e políticas, os atritos resultavam das concepções diferentes sobre o papel do índio na sociedade.

AS DIVERGÊNCIAS INTERNAS E A PARTICIPAÇÃO DOS 'PAULISTAS'

Com intuito de manter o sucesso da ocupação do sertão, a Coroa assumia a postura de intermediadora entre os grupos envolvidos, entendendo as reclamações de ambos os lados. Porém, o problema não estava apenas centrado na exploração da mão-de-obra indígena e os abusos cometidos contra eles, mas na disputa da terra.

O grupo mais apontado como causador da violência contra os índios foi o dos 'paulistas', sendo atribuídas a eles as mais perversas atrocidades cometidas. O que não impediu a sua

contratação para guerra, o que implicava a doação das terras conquistadas. Pois, no caso da 'Guerra dos Bárbaros', não seria interessante punir os paulistas, e expondo aos ataques das tribos rebeladas. Apesar das rivalidades entre os 'paulistas' e missionários por causa da disputa pela mão-de-obra indígena, a Igreja e o Estado partilhavam da idéia da permanência deles durante a guerra, já que havia uma complementaridade entre eles, buscando o mesmo objetivo, divergindo apenas na forma em se alcançar.

A legislação ibérica na prática buscava conciliar as reclamações dos colonos e dos missionários, mostrando-se muitas vezes contraditória e oscilante, moldadas de acordo com os interesses em questão. Seguindo mais ou menos esse esquema: no início do conflito, índios rebelados, nenhuma intervenção no trabalho dos conquistadores; a guerra já no seu estágio final, tribos enfraquecidas, a Coroa passa a conter e punir os colonos que cometessem abusos contra os índios.

Outro motivo de muito desentendimento era a posse de terra. A todos os conquistadores seriam concedidas sesmarias para poderem se instalar no território, e montar suas fazendas, assim como as doadas antes da guerra deveriam ser restituídas. Ao aumentar as disputas pela terra entre os 'paulistas', missionários, senhores de engenho e oficiais que combateram os índios, a legislação com relação a doação de sesmarias sofria modificação, visando disciplinar os conflitos e obrigar os sesmeiros a produzir. Assim, a Coroa determina que todos os que haviam recebido sesmarias deveriam demarcar suas terras, povoá-las e fazê-las produzir no prazo de um ano, ou poderiam perder-las, sendo repartidas entre os moradores da capitania.⁹

O tamanho padrão adotado a partir de 1695 foi de três léguas de comprimento por uma légua de largura, deixando uma légua de terras devolutas para servir de divisa entre as fazendas.¹⁰ As leis só esqueceram de medir a distância entre a teoria e a prática, pois a regra nos sertões não funcionava, já que não existia uma fiscalização diante da grande extensão de terras tomadas dos índios. A apropriação desmedida deu origem a muitos latifúndios, que só mais tarde foram legalizadas.

A questão da posse de terra foi uma constante ao longo do processo de expansão, tanto que no ano de 1704 a viúva de Domingos Jorge Velho, D. Jeronima Cardim Froes, e outros oficiais de seu terço reivindicam terras no Rio Grande concedidas em 1687 quando os mesmos vieram a combater os índios do Açu

(...) pedem a VS.^a lhes faça mercê mandar-lhes passar a dita carta de sesmaria desde as nascentes do dito rio Potingh, ou camarões athe onde se mette naquelle da Parnahiba, com trez legôas de largura de uma e outra banda d'elle, e da sua barra, que aquelle da Parnahiba abaixo na mesma largura da banda de cá declarando-se também na dita carta de lhe não poder prejudicar o ser ella passada agora e não no dito tempo pelas razões que aqui se allegão e p.r

⁹ MONTEIRO, Denise Mattos. Op. Cit. p. 10.

¹⁰ Ibid., p. 10-1.

elles terem andado occupados no serviço de S.M., como este S.r o manda especificar na dita ordem, da qual a copia vai junta até que pela Parnahiba a baixo topem em terras desprovidas.¹¹

Sendo chamado para combater os negros fugidos e rebelados do Palmares, Domingos Jorge Velho deixa a capitania do Rio Grande antes do término do conflito, e em meio aos acontecimentos, poderia perder suas sesmarias, sendo estas repartidas ou doadas novamente.

Os 'paulistas' vêm para as Capitânicas do Norte quando a resistência oferecida pelos índios se apresenta de maneira ferrenha e organizada, sendo contratados como mão-de-obra bélica para solução os problemas da expansão. Famosos em aprisionar índios e percorrer sertões, os 'paulistas' se mostravam como os mais aptos à conquista dos *índios bravios*. Sua fama parece estar ligada ao meio que provinha, tendo em vista as condições geográficas da Vila de São Paulo de Piratininga na Capitania de São Vicente que não era propícia à cultura de nenhum produto importante para o mercado externo. Essa relativa pobreza e isolamento com relação às demais capitânicas contribuiu para que os 'paulistas' fossem buscar no sertão outras formas de sobrevivência, na caça ao índio e na procura por metais preciosos.

Destarte, os paulistas se tornaram a esperança do Governador Geral Mathias da Cunha em por um fim aos bárbaros, pois já haviam sido contratados desde a Guerra do Recôncavo pela fama que dispunham

(...)E como os moradores de São Paulo, são homens, que levados d'elle, se expõem a perder as vidas no Sertão, donde continuamente andam; ordenei ao Capitão-mor daquela Capitania, e á Câmara da Villa de São Paulo, os enviasse debaixo da palavra, que lhe dei, de que todos os Bárbaros, que prisionassem na guerra (por nol-a fazerem estes annos injusta) seriam escravos, e se serviriam delles, levando-os á sua Capitania, donde os teriam debaixo daquelle titulo(...)¹²

E graças ao seu sucesso, os paulistas podiam fazer diversas exigências para aceitar vir ao sertão além do contrato. Porém, mesmo com a ação do mestre de campo Domingos Jorge Velho, os índios permaneceram resistindo, estendendo o espaço do conflito do Rio Grande, passando por Ceará, Paraíba e Pernambuco, chegando ao Piauí.

A falta de recursos impossibilitou a chegada de auxílio às tropas combatentes. Faltava munição, mantimentos, armas, soldos e farinhas, o que acabava gerando muitas deserções, principalmente dos Terços locais.¹³ A decisão então recai sobre a condição de reunir os terços de Domingos Jorge Velho e André Pinto num único terço chefiado pelo paulista

¹¹ Sesmaria que se passou a D. Jeronima Cardim Froes, viúva que ficou do Mestre de Campo Domingos Jorge Velho e ao Sargento Mor Chistovao de Mendonça Arraes, Capitães e mais Officiaes do 3º. Da guarnição dos Palmares das terras do rio dos Camarões, e Paranaíba e etc. Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias. v.1., Biblioteca Pública, Recife, 1954. p. 116-20

¹² Carta para sua Magestade acerca do Gentio Bárbaro do Sertão fazer grandes danos no Recôncavo desta Cidade. Documentos Históricos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v.4, p. 356-7.

¹³ PIRES, Maria Idalina da Cruz, Op.Cit., p. 72.

Matias Cardoso de Almeida. Seu terço foi organizado em São Paulo, marchando para o sertão, e se instalando no sertão do Jaguaribe, posteriormente indo para o Açu, onde estabeleceu seu arraial.

O arraial do Açu já havia deserdado por falta de mantimentos, o que contribuiu para o prolongamento da guerra, pelos inúmeros abandonos sofridos. A tropa encontrava-se na mais avançada penúria, e os pedidos feitos aos governadores das capitanias vizinhas não surtiam efeito. Em resposta as reclamações, o Capitão-mor da Paraíba afirmava que a farinha na sua capitania, “*não faltava de toda, mas esta se não dava sem dinheiro*”.¹⁴

A partir de 1690, as investidas dos terços mobilizados começam a dar resultados, quando os índios da nação Janduí aceitam o ‘Tratado de Paz’, no qual implicava a alianças das tribos aldeadas para combater contra os ‘bárbaros’.¹⁵

Com o afastamento da guerra do mestre de campo Matias Cardoso de Almeida, por falta de mantimentos, assume o comando o sargento mor de seu Terço, o paulista Manuel Álvares de Moraes Navarro. A resistência indígena já se encontrava bastante enfraquecida, e Moraes Navarro se oferece ao Governador Geral D. João de Lencastro para formar um novo Terço, denominado Terço de Lencastro.¹⁶

Como mestre de campo, Navarro consegue bons resultados em seu trabalho na conquista da região usando a estratégia típica dos paulistas: designar tudo como ‘guerra justa’. Partindo dessa idéia foi que se deu o grande embate com os Paiacu, índios já aldeados, em 1699 na ribeira do Jaguaribe.

É esse conflito que acarretou as maiores desavenças entre os ‘paulistas’ e os missionários, somados aos já existentes com Bernardo Vieira de Melo e os moradores da capitania. Pois, os índios atacados, batizados, receberam a tropa com festa, e em meio ao ritual, o mestre de campo atea fogo, matando cerca de quatrocentos índios e aprisionando mais de duzentos e cinquenta.

Nesse momento, a Capitania do Rio Grande encontrava-se praticamente livre dos ataques indígenas, quando a Coroa passa a dedicar sua atenção para as reclamações dos missionários. Agora já não era tão importante a atuação dos ‘paulistas’, o que interessava era garantir as terras, que por sua vez eram disputadas não só entre esses dois grupos, como também pelos sesmeiros e moradores.

Em sua justificativa, Moraes Navarro alega ter agido pela própria defesa, uma vez que os Paiacu pretendiam atacar, denunciando ainda a ação de seus dois oficiais, os Capitães Antonio da Rocha e Baltazar Gonçalves Ferreira aliados de Bernardo Vieira como propagadores da discórdia, e que teria recebido o aval do Oratoriano João da Costa que não

¹⁴ TAUNAY, Afonso de E, “A Guerra dos Bárbaros”, Fundação Vingt-um Rosado, 1995. p. 228.

¹⁵ LOPES, Fátima Martins, Op. Cit., p. 35.

¹⁶ PIRES, Maria Idalina da Cruz, Op.Cit., p. 79.

acreditava na separação definitiva dos tapuias, podendo a qualquer momento se agregar, e rebelar-se novamente.¹⁷

O problema foi que as denúncias de João da Costa ao Rei sobre o comportamento dos paulistas, acusando-os de matar índios aldeados, ou seja, que estavam sob jurisdição, ajudou a comprometer a atitude do mestre de campo. Navarro foi acusado de brutalidade descompensada, pondo em risco não apenas às missões evangelizadoras, como aos moradores, os quais tinha como dever defendê-los.

Pactuando da idéia de 'guerra justa', João da Costa terá suas denúncias rebatida sendo acusados de incentivar o ataque, pois também tinha intenção de escravizar alguns índios para si, centrado no mesmo interesse: mão-de-obra indígena e posse de terra. Sendo esses interesses 'comuns' não só entre missionários e paulistas, como entre colonos.

Desde a chegada do terço de Moraes Navarro a Capitania do Rio Grande, os colonos, assim como o capitão-mor Bernardo Vieira de Melo, não os viam com bons olhos, adentrando no mato para não dar socorro aos doentes da tropa.¹⁸ Questão ainda muito discutida, o motivo da rivalidade entre o mestre de campo e o capitão-mor do Rio Grande parece ser devido a relativa autonomia que dispunha Moraes Navarro com relação a Bernardo Vieira, dirigindo suas ações apenas ao Governador Geral D. João de Lencastro.

Um dos homens mais poderosos da Capitania de Pernambuco, Bernardo Vieira de Melo, senhor do Engenho Pindoba, em Ipojuca, foi capitão-mor da vila de Igarçu e sargento-mor da tropa de linha que lutou em Palmares.¹⁹ Possuidor de parte das terras do Açú, o capitão-mor não estava satisfeito com a presença do terço 'paulista' nessa área onde pretendia estabelecer um presídio, ajudando ao não fornecimento de recursos para os mesmos, interferindo inclusive no abastecimento de farinha. O Governador Geral, que tinha muito préstimo pelos 'paulistas', recomendava maior benevolência com relação ao Capitão-mor, pois Bernardo Vieira tinha inveja do mestre de campo.²⁰

A disputa interna entre os colonizadores colaborou substancialmente para a duração da "Guerra dos bárbaros". Os 'paulistas' apesar de estarem inseridos no projeto de expansão, assumindo o papel de colonizador, foram por muito tempo relegado a condição de ignorantes, de selvagens, como o próprio governador de Pernambuco Caetano de Melo e Castro mencionou em carta ao rei sobre a atuação deles no Quilombo dos Palmares

(...) não julgo será útil ao Real serviso de V.Mag.^e que aquella gente (os 'paulistas') fique fazendo sua morada nos Palmares porque exprimentarão as Capitánias vezinhas maior Danno

¹⁷ TAUNAY, Affonso de E. "A Guerra dos Bárbaros". Fundação Vingt-um Rosado. 1995. p.234.

¹⁸ PUNTONI, Pedro, A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720, São Paulo, Hucitec: Editora da Edusp, 2002, p. 242.

¹⁹ SIQUEIRA, Nelson Barbalho, Cronologia Pernambucana, subsídios para a História do Agreste e do Sertão. Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982. v. 5. p. 160-2.

²⁰ Para Taunay, o motivo da briga entre o Moraes Navarro e Bernardo Vieira derivava da inveja que esse ultimo tinha das concessões feitas ao Mestre de campo. TAUNAY, Affonso de E, Op. Cit. P. 248.

em seus Gados e Fazendas que aqueulle que lhe fazião os mesmoz Negros levantados; e assim me parese que V.Mag.^e lhe não deve dar Terras naquelles destritoz e que em honrrar ao Mestre de Campo com hum Abito de Christo e algua tença lhe premea o que obrou naquella guerra em aqual se não deve atender ao comtrato que o dito Mestre de Campo fes com o governador João da Cunha Souto-Maior e que V.Mag.^e foy srvido confirmar;(...)²¹

A preocupação de Caetano de Melo e Castro era impedir que as terras de Palmares, defendidas como as melhores da Capitania de Pernambuco fossem entregue aos moradores da Vila de São Paulo. E essa visão era partilhada não só entre os governadores ou capitães-mores que sentia seu domínio ameaçado, mas por toda zona açucareira.

Havia um desentendimento quanto a fixação dos 'paulistas' em território conquistados. O único interesse era 'limpar' as Capitánias do Norte das ameaças e resistências dos 'bárbaros' e quilombolas, pois se no início do conflito a presença deles era valorizada, sendo os únicos capazes de por fim a guerra, com a tarefa realizada passavam a ser concorrentes da posse de terras. A conquista do sertão adquiria para aos grupos envolvidos o caráter de possibilidade de ascensão social.

Diante das contínuas denúncias, em 1702 o Rei consulta Cristóvão Reymão acerca da permanência dos 'paulistas' na região, não sabendo se assistência do terço estava sendo útil ou danosa aos moradores

Por vos ter encarregado a Capitania do Ciera, a devaças dos Roubos, e excessos dos Tapuyaz da nação Piacus cituadoz na Ribeira de Jaguaribe, cometerão contra aquellez moradorez; e convir a meu serviço averiguar se convem, ou não que o 3º. dos Paulistas se conserve naquellas Capitánias.²²

Nesse momento, a guerra já se encontrava quase finalizada, não sendo mais necessária a presença efetiva dos 'paulistas', o que implicava a apropriação das terras prometidas, disputadas por sesmeiros e colonos. Mas apesar dos esforços conjunto dos dois grupos sociais, o Rei determina em 1703 em carta a Moraes Navarro que povoem as terras desocupadas

Fui servido resolver que as sesmarias que estavam dadas e povoadas antes da invasão dos bárbaros, hão de ser restituídas a seos donos, que pella violência dos bárbaros as largarão porem as que não tinham sido dadas, e não estavam povoadas pellos donatários se devem repartir pellos officiais e soldados desse terço conquistadors dellas, para que as povoem e defendão e dellas se sustentem, como se fez ao terço de Domingos Jorge Velho nas terras de Palmares com declaração que contra os donatários que tiverão títulos, (...)²³

Essas terras concedidas deveriam ser ocupadas, colonizadas, caso contrário seriam consideradas devolutas, sendo dadas a quem as povoassem e produzissem de acordo com o regimento das sesmarias. Os moradores acusavam o terço de se alojar e usar as suas

²¹ ENNES, Ernesto, As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história) 1º v. Domingos Jorge Velho e a 'Tróia Negra', São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938. p. 197-9.

²² Sobre averiguar se a desistência do 3º. Dos paulistas he útil ou danozo no assú. AHU., Cód. 257, fl. 105.

²³ Sobre o requerimento do Capitão Jose Porrate de Moraes Castro, sobre a cerca das terras prometidas ao Terço dos Paulistas etc. AHU., Cód. 257, fl.136.

terras por fazer parte de seu contrato. E essa seria a razão da conspiração contra os paulistas: a doação das terras conquistadas. O limite impreciso das terras e a desigualdade na distribuição das sesmarias eram a causa dos maiores conflitos.

Dessa forma, o empreendimento da dilatação da fronteira, enquanto mais uma etapa da expansão ibérica, teve no desenrolar da conquista atritos não só como produto das resistências apresentadas pelos negros e índios fora da jurisdição portuguesa, mas geradas, sobretudo, pela disputa da terra e da mão-de-obra envolvendo diversos grupos empregadas na conquista, dentre eles os 'paulistas'.

REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial 1500-1800 – Os Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN/Massangana. São Paulo: Cortez, 1999.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMADO, Janaína. "Região, Sertão, Nação". *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8., n.15, 1995, p.145-151.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- ENNES, Ernesto. *As Guerras nos Palmares (subsídios para sua história) 1º v. Domingos Jorge Velho e a 'Tróia Negra'*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- LOPES, Fátima Martins. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 2003.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- MONTEIRO, Denise Mattos. "Terra e trabalho em perspectiva histórica: um exemplo do sertão nordestino (Portalegre – RN)". *História Econômica & História de Empresas*, IV.2 (2001), 7-33.
- PIRES, Maria Idalina da Cruz. *"Guerra dos Bárbaros": resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: Ed.Universitária – UFPE, 2002.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil, e outros estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- PUNTONI, Pedro. "A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira na América Portuguesa, 1550-1700". *Novos Estudos CEBRAP*. Nº 53, março 1999, pp.189-204.
- _____. *A Guerra dos Bárbaros: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Editora da Edusp, 2002.
- RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *"Nas Solidões Vastas e Assustadoras" – Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII*. Tese. Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- _____. *O Miserável soldo e a boa ordem da sociedade colonial*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2001.
- SIQUEIRA, Nelson Barbalho. *Cronologia Pernambucana, subsídios para a História do Agreste e do Sertão*. Recife, Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco, 1982. v. 5..
- TAUNAY, Affonso de E. *A Guerra dos Bárbaros*. Fundação Vingt-um Rosado. 1995.
- WEGNER, Robert. *A Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino

Documentação Histórica Pernambucana.Sesmarias v.1., Biblioteca Pública: Recife, 1954

RESUMO

O presente texto pretende abordar a conquista e colonização do sertão das Capitâneas do Norte do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII a partir de uma perspectiva sócio-cultural, buscando compreender a participação dos "paulistas", enquanto grupo social atuante no processo de expansão, assim como a própria idéia de sertão construída culturalmente pela sociedade açucareira. Dessa forma, detemos nossa atenção nos momentos das guerras de conquista, principalmente na chamada "Guerra dos Bárbaros", entendendo-a como mais uma etapa da expansão ibérica na América portuguesa.

Palavras-Chave: 'Paulistas', sertão, conquista.